Volume | 5 Ano | 2021 ISSN | 2526-6470

Revista Espaço Transdisciplinar

IDENTIDADE CULTURAL NO SAPÊ DO NORTE: ABORDAGEM À LUZ DA PÓS-MODERNIDADE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ariane Boone Dias [2]

Rafaela Domingos Lago [3]

Resumo

Este artigo é resultado das pesquisas realizadas a respeito da identidade cultural nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, localizados ao norte do Espírito Santo, a partir de uma análise que contempla as particularidades da identidade étnica sob uma ótica pós-moderna. Objetivou-se evidenciar a importância da introdução dessa temática na educação básica, nos anos iniciais do ensino fundamental, como proposta de valorização da diversidade cultural local, bem como o reconhecimento da necessidade dos cumprimentos dos direitos constitucionais no que concerne a tais comunidades. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica com aporte de revisão literária de caráter integrativo e método hipotético-dedutivo, a fim de ampliar a compreensão dos conceitos de identidade, memória social e território.
Palavras-chave: Identidade cultural. Identidade étnica. Memória social. Território. Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Abstract

This article is the result of research carried out on cultural identity in the municipalities of São Mateus and Conceição da Barra, located in the north of Espírito Santo, based on an analysis that contemplates the particularities of ethnic identity from a postmodern perspective. The objective is to highlight the importance of introducing this theme in basic education, in the early years of elementary school, as a proposal for valuing local cultural diversity, as well as recognizing the need to comply with constitutional rights with regard to such communities. Therefore, a bibliographic research was carried out with the contribution of an integrative literary review and a hypothetical-deductive method, in order to broaden the understanding of the concepts of identity, social memory and territory.

Keywords: Cultural identity. Ethnic identity. Social memory. Territory. Early Years of Elementary School.

---

[1] Este trabalho é resultado de pesquisa de Iniciação científica desenvolvida durante o ano de 2021 coordenado pelo Programa de Pós-Graduação e Pesquisa (NPP) da Faculdade Novo Milênio, sob orientação da Profa. Dra. Rafaela Domingos Lago.

[2] Aluna de iniciação científica e graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade Novo Milênio

[3] Professora da Faculdade Novo Milênio. Doutora em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenadora de Pós-graduação e Pesquisa da Faculdade Novo Milênio.

Introdução

Este trabalho discute a importância da introdução da temática identidade cultural na pós-modernidade nas unidades de ensino destinadas ao ciclo inicial do ensino fundamental. Para tanto, foram realizadas análises sobre as identidades quilombolas que emergem na região do Sapê do Norte, destacando a articulação da memória social, familiar, territorial e seus respectivos agentes. Nesse cenário, a urgência de uma abordagem multicultural que contemple a diversidade local decorre da problemática alusiva à representação dessas identidades, suas raízes no processo histórico-social e seus reflexos nos dias atuais. Utilizou-se como ponto de partida o seguinte questionamento: de que forma a contemplação dessas identidades étnicas, imersas no contexto atual, contribuem para a desconstrução de visões eurocêntricas consolidadas no período colonial?

As hipóteses levantadas durante a construção do projeto de pesquisa relacionam-se à persistência dos estigmas sociais, cujas raízes estão na escravização de africanos e afro-descendentes durante séculos no Brasil.[4] Nesse sentido, os quilombos e seus integrantes foram representados socialmente e culturalmente pela perspectiva dominante. Também, expõem a persistência destes aspectos, sobretudo, transmutando-se e se adequando à conjuntura histórica.

Portanto, desde a formação dos primeiros quilombos e mocambos no Brasil, essas estruturas sociais, entre o século XVI e início do Dezenove, eram severamente perseguidas, seus membros tidos como “vilões” da ordem estabelecida e da concepção de “civilidade” imposta pela coroa portuguesa. No decorrer da História do Brasil, essas representações se fundiram aos ideários de nação e de progresso econômico, fortificando as ideologias já arraigadas na sociedade. Posteriormente, atribuíram, a essas comunidades negras rurais e seus territórios a improdutividade frente às concepções capitalistas em ascendência durante o século XX (OLIVEIRA, 2011).

A partir da década de 1960, tais ideologias se fortaleceram e ocasionaram a expulsão populacional em massa de seus territórios para a implementação de

[4] Nesse sentido, conferir: BLACKBURN, Robin. **A construção do escravismo no Novo Mundo**. São Paulo: Record, 2003. FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

empresas de monocultivo e, por conseguinte, a migração dessas populações para zonas periféricas. Outrossim, aos que permaneceram em suas terras, foram submetidos à perda da biodiversidade (COSTA, 2018), elemento primordial para sua organização em campesinato, suas práticas culturais e base para as construções de suas identificações.

Tendo em vista tais construções acerca dos quilombos e dos sujeitos que o compõem, ajustou-se o foco de análise para o silenciamento histórico-social das comunidades remanescentes localizadas ao norte do estado do Espírito Santo. O intuito é desconstruir as visões estereotipadas e produzir propostas com contribuições pedagógicas a fim de dialogar estas identidades locais e ressaltar os direitos territoriais transcritos no art.68, referente ao Ato das Disposições Transitórias Constitucionais, em que "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos" (BRASIL, 1988).

Para fundamentação do trabalho foram utilizadas as contribuições teóricas de Bittencourt (2008) tangentes a introdução de personagens advindos do povo e a assertiva colocação do estudo do local enquanto ponto de partida. Ainda conforme esses pressupostos e, sob respaldo dos estudos concêntricos, propõem-se, primeiro, o estudo do local para, posteriormente, conectar-se às demais localidades (2008). Dessa forma, o local se torna objeto de estudo, não apenas para práticas que valorizam a história local, mas também, de biografias de lideranças quilombolas que permanecem à frente da luta pela titulação definitiva de seus territórios.

Nesse viés, observa-se na Base Nacional Comum Curricular (2018), nos objetos de conhecimento que orientam o estudo do local, a crítica a visões homogêneas, visto que caracteriza o ciclo inicial do ensino fundamental enquanto etapa essencial na formação da identidade. Além do mais, apontam estratégias para realização de tais ações, assim como a utilização de distintas fontes, direcionando-se à contemplação das narrativas sociais, das diversas maneiras de se construir a memória e o pertencimento étnico (BNCC, 2018).

No trabalho de Renata Costa (2018), intitulado **"**Um nome a zelar: histórias de uma quilombola do norte do Espírito Santo" consta a biografia de uma mulher quilombola do Sapê do Norte, da qual trataremos mais adiante. A análise será realizada

considerando as contribuições teóricas de Stuart Hall no que concerne a configuração dessas identificações. Para Hall, numa conjuntura pós-moderna é inviável conceber o sujeito de forma unificada, haja visto que em instâncias multiculturais e pós-globais, as raízes do pertencimento são múltiplos e os indivíduos, mesmo que pertençam a um mesmo grupo social, distinguem-se entre si na construção de suas identidades, da mesma forma que as articulam, a partir dos elementos compartilhados enquanto entidade social, em prol de determinada finalidade (HALL, 2006).

Do mesmo modo, as percepções negativas acerca do quilombo agregadas às ideias homogêneas e ocidentalistas, enquanto local firmado a partir da tradição e tribo fechada (HALL, 2013), ao se contrapor a fundação de um mito de origem comum ao desenvolvimento da nação, distanciam-se da constante articulação social proferida por estas organizações, encontradas nos estudos de Gomes (2020) e Oliveira (2011). No contexto deste estudo, referente ao norte do Espírito Santo, além de, por muito tempo serem silenciadas as instâncias multiculturais provenientes da conjuntura histórica-social que precedeu a invasão portuguesa, foram criados para estas comunidades preceitos homogêneos, que omitiram as raízes culturais que as compõem e a diversidade de comunidades remanescentes existentes na região.

Estas construções seculares são constatadas, respectivamente, nas pesquisas de Oliveira (2011) (2016); Silva e Andrade (2018) e Chauí (2000), quando analisadas dentro de uma concepção que abarca o desenvolvimento do mito fundador da sociedade brasileira. Em espaços escolares, a perpetuação destas perspectivas são acentuadas por Bonomo (2019) diante da averiguação do cumprimento da lei 10.639, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira (BRASIL, 2003). Ademais, a reprodução destas questões no imaginário popular são expostas nas entrevistas realizadas, tanto por docentes, quanto pelos discentes (BONOMO, 2019).

Aprofundando-se para o desenvolvimento das noções de pertencimento, investigou-se a articulação entre a memória social e o território na formação da identidade quilombola. Para este fim, empregou-se os estudos de Bonono e Souza (2021), constatando-se que a memória desempenha papel fundamental na construção de suas identidades, de tal forma que, é por meio dessas lembranças do

passado, de seus ancestrais e das narrativas que os indivíduos se reconhecem como parte dessa história. Segundo Oliveira (2010), essas memórias partilhadas entre os membros do grupo são materializadas nas suas manifestações culturais e trazem consigo conexões territoriais evidentes, impulsionando as dinâmicas presididas na constituição do cotidiano dessas populações.

Materiais e métodos

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, de caráter integrativo e método hipotético-dedutivo. Dessa forma, analisou-se os escritos de Stuart Hall (2006) e (2013), Circe Bittencourt (2008), Marilena Chauí (2000) e Flávio dos Santos Gomes (2019). Outrossim, utilizou-se a plataforma de dados intitulada Google acadêmico, sendo estas: Costa (2018), Gadotti (2003), Oliveira — (2011), (2010) e (2016) — Bonono e Souza (2021), Bonomo (2019), Dossin (2017) e Dealdina (2020). Com relação aos referenciais de natureza normativa e secundária, usou-se da Constituição Federal do Brasil (1988), a lei 10.639 e a Base Nacional Comum Curricular.

No início do percurso de investigação utilizou-se uma biografia referente aos personagens advindos do Sapê do Norte. Trata-se da história de vida de Dona Gessi Cassiano, transcrita na dissertação de Costa (2018), alinhada à análise dos pressupostos teóricos de Hall (2006), com intuito de dialogar o conceito de identidade cultural e sua configuração na pós-modernidade. Para averiguação dos respectivos materiais bibliográficos aplicou-se a análise integrativa enquanto "método descritivo com abordagem qualitativa que visa compreender os processos do dia a dia em suas diversas modalidades [...]" (META, 2020).

Dando sequência aos objetivos norteadores desta produção, por meio do aporte teórico de Bonono e Souza (2021) e Oliveira (2010), inclinou-se para o desenvolvimento da memória social, de tal forma, que se acentua-se as conexões desta com a identidade quilombola e o território. Novamente, analisou-se o discurso e os signos culturais que perpassam na construção do cotidiano quilombola e, por conseguinte, compreendeu-se a forma como estas memórias são construídas e

reconstruídas, posicionando os sujeitos dentro dessa dinâmica social e regendo uma rede de manifestações culturais e identificações territoriais.

Ao final, por intermédio da observação das produções científicas que abarcam esta temática, sendo estas Silva e Andrade (2017), Bonomo (2019), Oliveira (2011) e Dossin (2017), realizou-se uma reflexão alusiva à marginalização dessas identidades étnicas, na qual empregou-se o método hipotético-dedutivo. Integrou-se estes materiais aos demais teóricos, assim como Hall (2020) e Chauí (2000). Concomitantemente à isso, discorreu-se sobre o silenciamento, o qual, estas comunidades estão sujeitas em âmbito social e institucional, propagando-se práticas inconstitucionais que agem intencionalmente em negar-lhes o direito ao território e aos direitos originários da Constituição Cidadã (BRASIL, 1988)

Resultados e Discussão

Identidade na pós-modernidade em questão: concepções e as fragmentações da identidade

Dado às complexibilidades e controvérsias existentes na configuração da identidade cultural na pós-modernidade, ao discorrer sobre os resultados procedentes da biografia de uma das lideranças de Linharinho — comunidade quilombola localizada no município de Conceição da Barra — adota-se a análise bibliográfica de caráter integrativo, a fim de dialogar amplamente o conceito de identidade e ampliar as reflexões com relação ao desenvolvimento dessas identidades étnicas. Posto isto, neste primeiro instante, descreve-se as noções de identidade e o seu desencadeamento histórico, transcorrendo-se sobre as concepções que emergiram no decorrer da modernidade e, sobretudo, das fragmentações do sujeito desencadeadas a partir da modernidade tardia.

Primeiramente, afirma-se que o pensar sobre o indivíduo é sempre conjuntural, ou seja, está submetido ao contexto histórico e social de determinada sociedade. Concernente a isso às velhas estruturas sociais adjacentes ao período medieval, entraram em declínio e, à vista disso, novas perspectivas sobre o sujeito surgiram a fim de atender os anseios da modernidade. Desse modo, ‘’O nascimento do ‘indivíduo soberano’, entre o Humanismo Renascentista do século XVI e o

Iluminismo do século XVIII, representou uma ruptura importante com o passado'' (HALL, 2006, p.25). Conforme à isso:

> Ao analisarmos a conceituação do sujeito do Iluminismo, fundamentado na perspectiva ocidental, destaca-se alguns aspectos: a ênfase demasiada na racionalidade, a unificação e centralidade do sujeito e, essencialmente, o caráter imutável atribuído à esta identificação, visto que, baseia-se em uma concepção essencialmente individualista (2006).

A modernidade, não apenas compreendida como a mudança nas estruturas sócio-políticas, mas também na construção da consciência dos sujeitos, sobre si e o mundo que os cerca, carregando consigo às aspirações do indivíduo que se deseja constituir, de forma que atenda aos interesses do Estado-nação, na medida em que centraliza o sujeito e o projeta de acordo com os valores e princípios realocados. Todavia, ''isto não significa que nos tempos pré-modernos as pessoas não eram indivíduos mas que a individualidade era tanto "vivida" quanto "conceptualizada" de forma diferente'' (HALL, 2006, p.27).

A identidade na perspectiva sociológica, contudo, rompeu com o individualismo e com a centralidade atribuída ao indivíduo no que confere à formação de sua identidade, abrangendo-se para uma análise que contempla uma visão interacionista, ou seja, a inter-relação entre os pares no desenvolvimento do indivíduo. Tangente à isso, de acordo com HALL:

> A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação com 'outras pessoas importantes para ele', que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos - a cultura-dos mundos que ele/ela habitava (p.11).

Entretanto, as concepções apresentadas - o sujeito do Iluminismo e o sociológico - conferem à este panorama representações fixas e homogêneas relativas a identidade, de tal forma, que na modernidade tardia, impulsionada a partir da década de 60, do século XX, estas identidades imaginadas, são postas no centro das discussões, visto que no desmantelamento dos antigos impérios colonialistas no século XX e, consequentemente, da solidificação do Estado-nação - nos países em desenvolvimento - a questão multicultural confronta-se com estas ideologias hegemônicas. O que se observa, portanto, é a fragmentação do sujeito, visto que, nesta conjuntura, às identidades são contraditórias e, por conseguinte, se deslocam mutuamente; perpassando pelo campo subjetivo e coletivo (HALL, 2006).

Simultaneamente a isso, é nesse momento, marcado pelas fortes transformações científicas, tecnológicas e sociais, no mundo pós guerra, em que emergem diferentes movimentos sociais e postulam a chamada ‘’política da identidade’’ (HALL, 2006). A oposição a unidade conferida ao indivíduo, a identidade enquanto algo imóvel e acabado, consequentemente, transforma-se em identificações atribuídas a partir da diferença, em que seu processo é contínuo e inacabado. Neste cenário, em que se constitui o sujeito pós-moderno, portanto, é a base para dialogar-se estas fragmentações, inter-relacionando-as às contradições e particularidades que devem ser analisadas e descentralizadas ao investigar as biografias provindas do Sapê do Norte.

No campo das identidades culturais, pertinente aos aspectos relacionados com o pertencimento a determinado grupo cultural, racial, linguístico, religioso ou nacional (HALL, 2006), dialoga-se essencialmente às divergências procedentes da identidade étnica, utilizando-se, preliminarmente, da biografia de Dona Gessi Cassiano para aproximar-se dessa divisão do indivíduo na pós-modernidade. Não obstante, ressalta-se que esta desagregação do sujeito, conferindo-lhe especificidades com relação ao seu grupo social, não o exclui de determinada comunidade, mas explicitam a discrepância entre seus pares e as diferenças que os constituem. Dessa forma, segundo Hall: “Se tais sociedades não se desintegram totalmente não é porque elas são unificadas, mas porque seus diferentes elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articulados’’ (HALL, 2006, p.21).

Nesta perspectiva, as particularidades que constituem a identidade quilombola, atravessada por diferenças, antagonismos e disputas de poder, na comunidade de Linharinho, institui-se um excelentíssimo campo para refletir sobre o deslocamento do sujeito; a multiplicidade de identificações; os diversos signos culturais coexistentes; e vivências, nos quais esses agentes constroem a si e posicionam-se dentro dessa organização social.

Portanto, inicialmente, ao debruçar-se na história de vida de Dona Gessi, a partir da dissertação de Costa (2018), e sua relação com as demais lideranças femininas, observa-se que a identidade é um campo de luta simbólica, em que os sujeitos, estruturam as memórias coletivas e pessoais, sendo esta última, significativa para a

posição que ele irá ocupar dentro desse agrupamento. Conforme a isso, expõe-se que:

> O fato de que projetamos a "nós próprios" nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os "parte de nós", contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural (HALL, 2006, p. 12).

Ademais, para além de exercer uma ação descritiva das relações de força e poder entre as mulheres quilombolas, afirmando que esta identificação é uma das fragmentações observadas e que são perpassadas por diferentes histórias de vida, salienta-se a importância da agência feminina nas práticas culturais, na liderança do quilombo e sobretudo, no protagonismo político exercido por essas mulheres na luta pelo território (COSTA, 2018). Todavia, ressalta-se que as diferenças que as compõem estão relacionadas à construção de suas identificações e, desse modo, são aspectos evidenciados na ação delas em seu cotidiano e nos projetos que estabelecem em Linharinho (COSTA, 2018).

Haja visto que, assim como postulado por Hall, sendo a identidade um processo contínuo, mediado pelas ações do inconsciente e, portanto, não algo que nasce com o indivíduo, deve-se falar de identificações (2006). A partir disso, resgata-se a metodologia utilizada por Costa, de caráter biográfico, que ao se utilizar da história de vida dessa mulher quilombola, cuja sua trajetória transcorreu por diversos espaços, institucionais ou não, conferindo-lhe vivências diferentes com relação aos demais, destacou que ‘’As divergências entre as mulheres são parte da construção de suas identificações e, são reveladoras do modo como conduzem e pautam temas, lutas, realizam projetos e consolidam suas trajetórias’’ (2018. p.30).

Dessa forma, a construção do terreiro de Umbanda, regida pela Dona Gessi, é um fato imprescindível para analisar as dinâmicas de poder empreendidas por elas - as posições que ocupam dentro dessa rede cultural e a variedades de identificações invocadas - sendo que, o prestígio é destinado àqueles que permaneceram durante os conflitos de expropriação vivenciados a partir da segunda metade do século XX em detrimento dos que retornaram nas últimas décadas (COSTA, 2018).

Tendo em voga tais colocações, observa-se que nesta comunidade regida pela devoção à Santa Bárbara, seja na capela ou nas mesas de santos, em que a

memória desempenha papel fundamental na estruturação da vida cotidiana, sendo esta geradora dos projetos constituídos, ‘’(...) as disputas em torno da memória entre essas mulheres são uma afirmação de poder e fortalecimento de suas identificações’’ (COSTA, 2018, p. 31).

No que confere a Dona Gessi Cassiano, contudo, observa-se as singularidades que a posicionam dentro desse mundo social, inter-relacionam-se aos aspectos familiares, à partida e retorno ao quilombo, a sua história de vida e, essencialmente, à religiosidade, herdada de seu pai. Conforme à isso, divergindo-se de uma análise que confere unidade ao grupo social, assim como as concepções de identidade advindas da modernidade e de forma que valorize as diferenças que transitam dentre dessas estruturas sociais, contempla-se as diferentes cosmovisões, signos culturais e identificações que perpassam sob o pertencimento étnico nestas circunstâncias multiculturais e pós-modernas.

Herança cultural e familiar: o “ir e vir” de dona Gessi Cassiano

Ao mencionar-se herança, de prontidão, a primeira associação que surge no imaginário popular, remete-se aos pressupostos ocidentais, ligando-os aos bens materiais na concepção da propriedade privada e do capital econômico. No entanto, na descrição desta biografia, considerando o contexto histórico e cultural em que estes agentes se situam, transitam e agem em seu cotidiano, a noção de herança fundamenta-se nas memórias familiares, transpassando pela religiosidade e hereditariedade inerente à ela e, conjuntamente, erguidas sob o eixo da memória coletiva. Nesta seção, portanto, apresenta-se a história de vida de Dona Gessi Cassiano, prescrita na dissertação de Renata Beatriz Rodrigues da Costa (2018), as identificações por ela requeridas e as noções de pertencimento étnico, em que as categorias mulher negra e quilombola são assiduamente expostas.

Dona Gessi nasceu em Linharinho, no dia 10 de maio de 1955. Filha de Seu Manoel Cassiano Filho e Dona Domingas, residiu na comunidade até os dezoitos anos — suas irmãs, Nilda Cassiano e Benedita Cassiano, afirmam que esse fato ocorreu, no entanto, aos dezesseis anos — quando se casou com o primeiro marido, o Léio (COSTA, 2018). Não obstante, apesar desse deslocamento territorial, segundo seus relatos, ela passava a semana com os familiares que residiam na comunidade,

ajudando-os nos afazeres relacionados à agricultura, dispersando-se aos fins de semana para Santana, onde morava com o marido (COSTA, 2018).

O casamento ocorreu em 1970 e, posteriormente, Dona Gessi vivenciou sua primeira gestação, sendo que seu primeiro filho veio a óbito com uma semana de vida, ainda no hospital (Costa, 2018). No primeiro casamento, Dona Gessi teve três filhos: Rogério, Robson e Rozilene. Após a morte do marido aos quarenta anos, precisou buscar subsídios para cuidar de seus filhos, mantendo-os no bairro de Santana. Trabalhou na colônia dos pescadores de Conceição da Barra como diarista e, em seguida, de empregada doméstica para uma família de um município próximo, sendo este teu emprego mais duradouro e que, a levaria, anos mais tarde, a residir na capital do Espírito Santo (COSTA, 2018).

Na cidade de Pinheiros, trabalhou por mais de dez anos para essa família, enquanto seus filhos ficaram sob cuidados da irmã mais velha, Benedita Cassiano, e da mãe, Dona Domingas, regressando apenas aos finais de semana para casa (COSTA, 2018). Quando os filhos de seus patrões passaram no vestibular, ela se mudou com eles para o bairro Mata da Praia, em Vitória, onde permaneceu por cerca de um ano e meio. Entretanto, o desejo de retornar ao quilombo de Linharinho crescia somada à saudade que sentia de sua mãe, irmãs e filhos (COSTA, 2018). Além disso, algumas situações experienciadas em seus últimos dias longe de seus familiares, contribuíram para o seu pedido de demissão e, por conseguinte, o seu retorno.

Dona Gessi conta que ao ser convocada para trabalhar durante as férias da família na casa de uma amiga, em Bento Ferreira, sentiu que a vontade de voltar para o Linharinho só aumentava (COSTA, 2018). Na casa de Vera, onde trabalhou por menos de um mês, logo percebeu o tratamento indiferente e restritivo, na medida em que, quando a mulher recebia visitas, ela não poderia circular pela casa (COSTA, 2018). De acordo com Costa (2018, p.63):

> A casa tinha uma série de regras e exigências às quais Dona Gessi não estava acostumada, tais como tirar o sapato ao entrar e lavar as peças íntimas da proprietária que ficavam espalhadas pelo imóvel e tinham que ser recolhidas por ela.

O trabalho, no entanto, já apresentava sinais de desgaste e Dona Gessi não se sentia feliz, sentindo-se deslocada e sufocada nessas circunstâncias (COSTA,

2018). O estopim da situação, que a levou a pedir demissão, no entanto, foi a ligação de sua irmã, quando se encontrava abrigada no morro, informando-a que sua filha mais nova, a Rozilene, que estava grávida, havia sido internada devido à complicações no parto de seu neto Wesley (COSTA, 2018). Mediante à este fato, salienta-se, a partir das observações de Costa, a valorização dos laços familiares nessa comunidade, em que a família é a representação de herança, enquanto o dinheiro, associa-se à maldição, o que há de ruim; ora, foste o que a deslocou de seus familiares, de suas raízes e de certa forma, o que aflige-os nos embates territoriais com os agentes externos; é, sobretudo, diante desta ótica do capital econômico, que essas comunidades foram cobertas por plantações de eucalipto.

Conforme Costa (2018, p. 56), a memória de Linharinho, antes de seu regresso, aos quarenta e cinco anos, descrevia-o como local em que as atividades cotidianas eram construídas a partir da organização da comunidade em campesinato, sendo que ‘’(...) era lugar onde se criava porco, cavalo, galinha, aipim, jaca, mandioca doce, e onde faziam o dendê para ‘vender a litro’. Neste sentido, ao ser interrogada pela ideia de perda pela pesquisadora, relaciona a memória afetiva à territorial, descrevendo as transformações sofridas pela comunidade neste seu regresso no que se refere à expropriação de suas terras e, consequentemente, das atividades relacionadas a subsistência e ao falecimento dos moradores devido à idade.

No entanto, retornar a essa dinâmica social, no qual, sua trajetória acrescentou-lhe vivências externas a comunidade, faz com que Dona Gessi, reivindique seu papel dentro das relações entre as lideranças femininas de Linharinho, utilizando-se de sua herança familiar (COSTA, 2018), segundo ela, herdada de seu pai e das memórias coletivas, partilhadas por esse grupo, ao construir sua história, trançando o antes e o depois. Além de descrever a sua biografia, relacionando-a com a de seu pai, ela se coloca enquanto herdeira de suas qualidades e predestinada a dar continuidade a sua missão, visto que ‘’assumir esse lugar também é uma maneira de se colocar na comunidade depois de seu retorno, já que os laços de sangue são valorizados’’ (COSTA, 2018, p. 59).

O período de seu retorno à Linharinho, sobretudo, corresponde com o início da coleta de ‘’facho’’, na década de 90 do século XX (COSTA, 2018). Sobre isso, a autora do estudo etnográfico, relata que essa época em que eles recolhiam os

resíduos da queima de celulose para produção de carvão mineral está associada às memórias negativas, visto que resulta das condições impostas à essas populações, assim como a perda seu território fértil, da biodiversidade existente e, inevitavelmente, dos meios de subsistência (COSTA, 2018). Novamente, Dona Gessi invoca a palavra ‘’maldição’’ ao resgatar essas lembranças, relacionando-as à esta atividade, assim como anteriormente, no trabalho como doméstica, no qual se questionou sobre a significância do dinheiro, colocando em pauta a sua cosmovisão (COSTA, 2018).

Esse momento ‘’maldito’’, como descrito por ela, é apresentado em contraponto as suas memórias dos ‘’antigos’’, ou seja, do Linharinho de sua infância (COSTA, 2018). Nesse período das antigas carvoarias, atualmente desativadas, viviam-se em desarmonia com os modos tradicionais em que se organizam historicamente e socialmente, haja visto a importância do território para essas comunidades. Portanto, para além da concepção de propriedade privada, nos moldes ocidentais, a territorialidade revivida por eles cotidianamente, interliga-se aos aspectos afetivos, as memórias dos antigos e aos saberes tradicionais concertantes ao plantio e ao uso de ervas medicinais, ressignificados a partir do diálogo com agentes externos, conforme os resultados de Costa:

> O viver bem, com saúde e como os ‘’antigos’’ viviam, alimentando-se dos recursos que à terra os proporcionavam e se utilizando de seus conhecimentos etnobotânicos, foi uma memória transmutada mediante ao contato com as organizações de agroecologia no Sapê do Norte (2018).

A história de vida de Dona Gessi Cassiano é composta, assim como posto por Costa, do trânsito em diversos espaços, do ‘’andar’’ que lhe confere vivências, engajamentos políticos e particularidades com relação às demais lideranças religiosas e comunitárias de Linharinho (2018). Ao retornar, reivindicando a herança do pai, colocando-se de prontidão para zelar pelo nome de sua família, ela vem consolidando sua história e se reposicionando dentro do quilombo, no qual, a partir das observações realizadas pela pesquisadora, se constitui enquanto um campo de luta familiar, haja visto que, dentre esta rede social encontra-se as hierarquias familiares, que perpassam suas tradições e heranças por gerações. Neste panorama, conforme Costa:

> (...) o que é uma característica forte destacada pela própria Dona Gessi, o ‘andar e se conectar a outras territorialidades, lutas políticas, afirmação das

> mulheres como agentes políticos, emerge como uma fraqueza se vista do ponto de vista das lideranças mais 'domésticas' que a classificam como 'uma pessoa dali' mas 'que chegou a pouco tempo (2018, p. 77).

Entretanto, a partir do trânsito entre esses diversos espaços ocupados por ela enquanto agricultora, militante, umbandista, quilombola e mulher negra, Dona Gessi, desde 2009, participa de diversos eventos relacionados aos direitos humanos e aos direitos das mulheres (COSTA, 2018). Dessa forma, transita pelas instâncias culturais e institucionais, dialogando saberes etnográficos e apropriando-se do capital político.

Diante disso, estabelece seus projetos, assim como o da Associação de Mulheres Quilombolas de Linharinho, utilizando-se de suas vivências que lhe conferiram conhecimentos dos seus direitos, engajando-se aos movimentos sociais e agregando-lhe consciência histórica e social, por vezes, reveladas em seus relatos ao evidenciar a importância de se construir uma associação composta de mulheres quilombolas e agricultoras.

A eminente posição de liderança ocupada pela mulher quilombola na luta pela titulação de suas terras, na agricultura, nas reuniões coletivas realizadas no CRAS (CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) de Conceição da Barra e na capela de Santa Bárbara são expostas por Dona Gessi. Esses fatos evidenciam, nesse panorama, o protagonismo exercido pelas mulheres quilombolas e a responsabilidade frente à movimentação dos demais agentes (COSTA, 2018).

Por conseguinte, esta identificação requerida por Dona Gessi, associando o ser mulher quilombola enquanto sinônimo de liderança está diretamente relacionado às posições que essas agentes ocupam no âmbito familiar, comunitário, cultural e religioso em Linharinho, haja visto que:

> Em determinado momento, pode-se assumir uma postura de liderança política, religiosa e comunitária e em outro, dialogar com os agentes institucionais, possuir conhecimento sobre a política local e, além disso, perder prestígio por pertencer a determinados ciclos sociais e familiares (COSTA, 2018).

Essas questões são fundamentais para compreender a representatividade política empreendida por Dona Gessi, visto que ela fora eleita em 2017 para coordenar a Associação de Tecnologias Alternativas (APTA), espaço esse partilhado com outra liderança feminina do Angelim II, a Flávia (COSTA, 2018). Além disso, foi escolhida

para ser delegada da Conferência de Promoção da Igualdade Racial, evento esse que ocorreu em 2018; possui título de mestre de Jongo, renome esse concedido pelo ministro da cultura no ano de 2016; realiza diversas palestras em outras comunidades quilombolas e no CRAS do município (COSTA, 2018).

A partir de tais observações, evidencia-se que as fragmentações observadas no decorrer da pesquisa de Costa (2018), realizada por meio de uma análise discursiva em que estas mulheres requerem diferentes identificações e consolidam suas ações mediante à elas, reafirmam que a identidade e a diferença são aspectos indissociáveis e, portanto, resultam em múltiplas identificações (HALL, 2006). Desta forma, ainda segundo este autor e as múltiplas identidades em tais circunstâncias, constata-se que:

> As tensões globalizantes empurram à homogeneização cultural, fazendo com que ressurjam diversas identidades culturais móveis, produtos da sociedade multicultural, em um movimento de resistência, retirando seus recursos culturais de diferentes tradições, visto que são produtos desses cruzamentos históricos-culturais (HALL, 2006).

Na comunidade de Linharinho, o fortalecimento dessas identidades locais em detrimento do global, são observadas a partir da apropriação política desses saberes e, mostram-se reveladoras na articulação desses agentes entre si, nos espaços públicos e culturais ocupados por eles, nas relações de força e poder desempenhadas, sobretudo, pelas mulheres quilombolas. Ademais, os diversos signos culturais invocados na construção do cotidiano dessas guardiãs da memória social e das tradições culturais, reafirmam o processo de hibridização cultural (HALL, 2006), em que estes signos culturais coexistem simultaneamente na capela e no assentamento de Santa Bárbara, quando se referem à Iansã e, principalmente, no projeto de construção do terreiro de Umbanda da Dona Gessi.

Memória social: fomento de resistências, pertencimento territorial e identidade cultural

A memória social, portanto, é compreendida enquanto aspecto partilhado entre o grupo social. Nesse contexto, é fundamental na construção da identidade étnica, na medida em que perpassa pelo campo do pertencimento territorial, fator essencial ao abranger-se para a formação da identidade quilombola. Também, diz respeito à

construção do presente, visto que, baseiam-se nos relatos orais, perpassados de geração à geração, que dão sentido à construção do cotidiano por essas populações, posicionam-as dentro de determinado contexto histórico-cultural e consolidam as bases para construção de suas identificações culturais.

Tais afirmações são evidenciadas por Bonomo e Souza (2021) ao transcorrer sobre as memórias étnicas das lideranças femininas de uma comunidade quilombola no Sapê do Norte, em que os elementos pertinentes ao desenvolvimento da identidade relacionam os relatos orais, o território e a ascestralidade, na medida em que essas mulheres ‘’(...) reconhecem a si mesmas como quilombola, relacionando com o território e com a história dos negros escravizados e seus descententes (p.18). Além do mais, com relação ao desenvolvimento dessas identidades, verifica-se que:

> (...) desde sempre souberam que são quilombolas, por causa das histórias que os mais velhos contavam, pelo modo de vida típico que levavam, pelos nomes dos lugares, por conta dos objetos antigos que encontravam dentro da comunidade e também devido à comunicação a partir dos nagôres que se manifestavam nas mesas de Santa Bárbara’’ (BONOMO; SOUZA, 2021, p. 18).

Oliveira (2010), entretanto, delimita-se a averiguar as memórias sociais advindas dos conflitos territoriais e a construção de simbologias presentes no Ticumbi, o Baile do Congo de São Benedito. A relação intrínseca entre as manifestações culturais presentes nessas localidades e a memória, são acentuadas diante da elaboração dessas festividades, tendo em vista que:

> Na concepção dos brincantes, o Rei Bamba simboliza os poderes externos que expulsaram as comunidades quilombolas de seus territórios e agora querem também tomar conta do patrimônio cultural da festa de Zambi, para que não atualizem o ritual de guerra e defesa de seus territórios (OLIVEIRA, 2010, p.67).

A notória ressignificação do Timcubi, adequando-o ao contexto social dos povos quilombolas no Espírito Santo, ao abordar à rivalidade entre dois reinos africanos, eminentemente um tradição advinda do Banto, segundo Oliveira (2010), atribuem novos significados de acordo com os conflitos vivenciados com os monocultivos e as agências institucionais. Assim, evidenciam a constante articulação entre a identidade quilombola - apresentando-se a partir de suas heranças culturais - a territorialidade - quando externalizam em seus cantares o direito ao território e aos

patrimônios culturais - e a memória social - elemento primordial no desenvolvimento identitário.

Resquícios colonialistas: a persistência dos estigmas socio-históricos e as perspectivas homogêneas do quilombo

A construção das representações acerca das comunidades negras e de seus integrantes detém marcas históricas e sociais profundas. São estigmas e preconceitos que foram se fortalecendo ao longo da História do Brasil. Se em um período a propagação de ideologias raciais serviram de base para a escravidão de um povo sobre o outro, com a mudança das conjunturas sociais, empregou-se novas concepções para representar a alteridade, marginalizá-la e omitir sua pluralidade. A reprodução destas concepções estão arraigadas no imaginário social e refletem até os dias atuais, em instâncias sociais, políticas e educacionais.

Existiram, no decorrer da história, diversos quilombos que se organizavam de maneira distinta entre si, utilizando de diversas práticas, não necessariamente únicas para subsistirem e resistirem, conforme posto por Gomes (2020). Essa articulação de distintas atividades são observadas ao norte do Espírito Santo, no decorrer do século XIX, no qual, formaram-se quilombos situados em zonas rurais — no denominado “sertões” de São Mateus e Barra de São Mateus; que imprimiram práticas agrícolas destinadas a subsistência e estabeleceram “(...) relações comerciais com a vida social urbana e com os comerciantes do entorno” (Oliveira, 2016).

Gomes (2020) destaca que devido às constantes fugas para os quilombos e, por conseguinte, a repressão que essas comunidades sofriam nesse período, a sua principal característica era a mobilidade. Dessa forma, distante de se constituir a partir de uma concepção fechada de tribo apresentada por Schiffler (2013), a qual se embasa na tradição para afirmá-la, a principal ferramenta era a capacidade de articulação em diversas instâncias sociais, logo, não se enquadra à tal afirmativa, visto que, aproxima-se de uma visão homogênea e que confere unidade cultural e identitária à esses indivíduos.

Ademais, outra questão que se opõem a essa perspectiva apresentada pela autora acima diz respeito à autonomia econômica e social dessas comunidades, em que nas pesquisas de Oliveira, respectivamente em (2011) e (2016), acentuam-se a eminente interligação entre os quilombos e senzalas, além do comércio na Vila de São Mateus e com os fazendeiros próximos. Haja visto que, como posto por Hall (2013) ao mencionar essa ideia de tribo para exemplificar o mito originário procedente do desenvolvimento do Estado-Nação Caribenha, acentuou o caráter multicultural dessa nação e, consequentemente, que suas origens eram diversas para colocá-las enquanto sociedades culturalmente puras.

A tradição, neste sentido, transfigura-se em diferentes heranças culturais e, dessa forma, ao ser posta como elemento fundamental ao se referir ao Ticumbi, equivocadamente, pode transpassar a errônea ideia de comunidades que detém capitais culturais idênticos. Entretanto, com relação aos distintos elementos culturais que constituem a identidade quilombola e, respectivamente, o Ticumbi, a assertiva posta pela pesquisadora em delimitá-los como resultados do processo de hibridização cultural, mostra-se válida nas comunidades pertencentes ao Sapê do Norte.

Neste panorama, entende-se a importância das tradições culturais advindas do norte do Espírito Santo. No entanto, para além das perspectivas apresentadas por Schiffler (2013) e Hall (2013), a tradição é apropriada não no sentido único de articular uma identidade cultural, ou configurar-se em mito originário, mas sim na conceptualização política que estas identidades culturais detém na contemporaneidade. Dessa forma, como visto anteriormente nos pressupostos apresentados por Hall (2006) acerca da identidade cultural, em que estas são constituídas por diferenças, importa a constatação de que essas comunidades se utilizam de seus diferentes signos culturais; no campo subjetivo e coletivo; engajam-se politicamente a fim de assegurar os direitos territoriais.

Alusivo a formação destes agrupamentos no Espírito Santo e o processo de resistência à escravidão, nas pesquisas de Oliveira (2011), acentua-se a insurreição na vila de São Mateus em 1884, lideradas Benedito Meia-Légua e os inqueritos políciais da época, em que se torna explícito o processo de construção negativa acerca do quilombo e de seus integrantes, visto que classificavam Benedito e seus

seguidores enquanto criminosos. Nesta perspectiva, como elucidado por Oliveira (2011) ao contextualizar os conflitos territoriais no decorrer do século XX:

> As ações de expropriação de bens culturais e imateriais das comunidades negras rurais e urbanos têm sido historicamente justificadas por meio de discursos ideológicos que atribuem os estigmas de 'preguiça', do 'vício', do 'latrocínio', da 'incapacidade' e do 'crime' aos integrantes dessas comunidades (OLIVEIRA, 2011, p.150).

Esses estigmas, ao qual se refere o autor, estão enraizados na sociedade e afirmam-se a partir dos pressupostos ocidentais e das construções negativas no imaginário popular concertantes à essas populações.

Referente aos discursos ideológicos, Oliveira (2011) enuncia o seu desencadeamento histórico no Espírito Santo, acentuando a transformação dos significados de acordo com as mudanças econômicas e sociais. Dessa forma, se em outrora a repressão se justificava perante uma economia basificada na mão-de-obra escrava, com o advento do fim da escravidão, em 1888, o estado capixaba aderiu às teorias racistas que propagavam o discurso de branqueamento populacional e de vazio demográfico para justificar as doações das terras ocupadas pelos seus descendentes (OLIVEIRA, 2011).

A permanência destas questões são evidenciadas, portanto, tanto na representação social desses sujeitos, quanto no eminente silenciamento histórico e social a que essas minorias étnicas são submetidas. Mediante à isso, Silva e Andrade (2018), constataram nos materiais vinculados na imprensa capixaba, entre os anos de 1988 a 2003, disseminados pela A Gazeta, a negligência com relação ao art. 68, que estabelece a titulação definitiva de seus territórios (BRASIL, 1988). Outrossim, propagam a ideia da inexistência dessas comunidades no Espírito Santo. Neste sentido, conforme os autores acima:

> (...) ao ignorar a existência de um vasto universo de comunidades, o jornal colabora na construção do discurso que atualmente é utilizado pelos grupos contrários à titulação: o de que as terras expropriadas pelos imigrantes europeus e pelas empresas estavam vagas, negando a presença das comunidades negras rurais (SILVA; ANDRADE, 2018) .

Além disso, conforme Silva e Andrade (2018), especificamente sobre as comunidades localizadas ao norte do estado, os documentos ponderados apontam para existência de apenas uma comunidade, localizada em São Mateus. No entanto, mediante aos estudos de Gomes (2020) sobre as comunidades negras rurais no

Espírito Santo, particularmente, dos municípios que constituem a Região do Sapê do Norte, ressalta-se a existência de 43 comunidades que se afirmam como tal.

A reprodução dessas informações no meio midiático, segundo os estudos anteriores (SILVA; ANDRADE, 2018) e a partir das pesquisas de Oliveira (2011) sobre os conflitos territoriais, tornam evidente a marginalização das identidades culturas sob uma conjuntura em que os aspectos identitários imaginados diante da perspectiva dominante, são reveladores na forma como se imagina a diferença e em como estas têm seus direitos advindos da cidadania constantemente violados. Nessa concepção, conforme Chauí (2000), retorna-se à construção do mito fundador da sociedade brasileira, em que se baseiam as identidades nacionais e, enfatiza-se que estas são consolidadas sob o olhar do colonizador, colocando a diferença de forma omissa, passiva e à margem.

Nesse viés, um elemento imprescindível para se pensar o mito de origem do Brasil e em como estas minorias étnicas são sujeitas ao racismo institucional e estrutural é o hino nacional, em que essa nação é imaginada sob um olhar paradisíaco, consolidada a partir de feitos heróicos e de um passado glorioso (Brasil, 1971). Portanto, ao delimitar essa interpretação para compreender a forma que as diferenças são imaginadas, denota-se a inexistência de menção às diferenças culturais que nos constituem enquanto nação e a premissa de igualdade racial reproduzida por esse símbolo nacional.

Propaga-se, dessa forma, ideais de igualdade e ilusórios com relação ao seu processo histórico e sua diversidade cultural. Em contraponto à isso, constituem-se de maneira à omitir às raízes culturais e à exaltar as personalidades pertencentes aos grupos dominantes, fortificando as bases do racismo estrutural ao naturalizar preconceitos étnicos que se fundamentam nessas concepções; e do racismo institucional, quando à essas comunidades lhe são negados a titulação definitiva de seu território, direito esse que possibilitará a contemplação dos demais, assim como o direito à educação, à saúde, etc (DEALDINA, 2020).

Em espaço escolar, estas relações se tornam explícitas mediante ao desconhecimento da lei 10.639, denunciadas na dissertação de Bonomo (2019), realizada em uma escola pública de ensino fundamental e médio, localizada na cidade de São Mateus. Nesta pesquisa, dentre os quatros professores entrevistados

— graduados nas áreas de história e geografia — dois possuíam conhecimento satisfatório com relação a esta lei; os outros dois, detinham conhecimentos insatisfatórios (BONOMO, 2019).

Com relação ao conhecimento sobre a existência de comunidades quilombolas na região, todos professores entrevistados por Bonomo reconhecem a existência de quilombos remanescentes em São Mateus (2019). Todavia, apenas um soube citar o nome de uma comunidade; três afirmam a existência na atual conjuntura, entretanto não mencionaram nomes ou localização; e dentre as respostas, somente um professor acrescentou em sua fala os conflitos relacionados aos monocultivos de eucalipto (Bonono, 2019).

Estes dados, somados às respostas simplistas referentes às religiões e culturas afro-brasileiras (2019) e a ausência de menção a quaisquer dessas matrizes que estão presentes na região, afirmam a colocação da autora ao constatar que os professores entrevistados não possuíam conhecimentos suficientes para ministrarem de maneira eficaz esses conteúdos em sala de aula (2019). Se pensarmos estes resultados sob a perspectiva apresentada por Bittencourt (2008), em que se expõem a importância da história do “lugar”, para que se conecte, posteriormente à outras localidades, verifica-se que há uma carência desses pressupostos, tanto em sua formação inicial, como na continuada.

A prática desses docentes, ainda conforme as pesquisas de Bonomo (2019), fortificam as ideologias presentes na sociedade e são materializadas nas respostas dos discentes entrevistados — do 9º do ensino fundamental — os quais, em sua maioria, reafirmam o racismo estrutural, ao atribuírem, a partir da exposição de imagens, profissões subalternas às pessoas negras. Também, quando estes apresentaram visões que se aproximam da concepção ocidental acerca das religiões de matrizes africanas, demonizando-a e a colocando em contraponto ao cristianismo.

Outro aspecto a ser mensurado, diz respeito à estética da mulher negra, em que se observa nitidamente a presença das ideologias de branqueamento, visto que os traços considerados “africanizados” não se enquadram nos padrões de beleza se comparados às mulheres negras de pele “clara”, fortificando os discursos implementados por esta concepção, que se utilizou da mestiçagem para consolidar

ideais eugenistas na formação da nação brasileira e das identidades nacionais, decorrentes do final do século XIX até meados do século XX (2019). Portanto, a entrevista realizada por Bonomo (2019) direcionada ao alunado, evidenciou a internalização dessas perspectivas.

De acordo com os pontos levantados, relacionados aos embates territoriais e a construção negativa dos povos quilombolas, destaca-se que esses persistem durante a história e acentuam a internalização das ideologias que justificaram e proliferaram, cada uma em sua conjuntura histórica-social, estereótipos acerca da diferença e, por conseguinte, a estigmatização histórica dessas populações. Dado à isso, a necessidade de ressignificação da representação dessas identidades culturais, bem como na compreensão de sua pluralidade cultural e epistemológica, justifica-se por meio da verificação da eminente simplificação, exagero, essencialização e naturalização intrínsecas à solidificação desses estereótipos (DOSSIN, 2018).

Haja visto que, ‘’Uma dada imagem se relaciona com um imaginário específico, delineada por condições sociais, históricas e de produção’’ (DOSSIN, 2018, p.354), a utilização de biografias, em âmbito escolar, alinhadas à inserção do método iconográfico, mostram-se de suma importância na desconstrução dessas premissas, na medida em que são formas de ilustrar a realidade, podendo ela opor-se às concepções sociais que, em outrora, serviram de base para justificar a supremacia racial, as ideologias de branqueamento e, consequentemente, as ações de expropriações. Ademais, visando-se o protagonismo desses agentes, no decorrer desse percurso histórico e nas posições ativas que ocupam no movimento de resistência nos dias atuais, deve-se valorizar as suas lutas, feitos e particularidades.

Devido à estas colocações, utiliza-se a própria BNCC para embasar tal afirmativa, visto que se propõe no ensino de história a multiplicidade de fontes, assim como o método iconográfico e as narrativas sociais, que possibilitam a compreensão do espaço e do tempo, concomitantemente às relações sociais que deles derivam (2018). Outrossim, o referido documento salienta a importância de se esquivar de visões homogêneas, buscando-se fundamentar nas distintas formas de se constituir o pertencimento étnico e de se produzir memória (BNCC, 2018), uma vez que

‘’identificar essas diferenças significa tomar consciência de que existem várias formas de apreensão da realidade’’ (p.403).

Considerações finais

No desenvolvimento da pesquisa em questão, desbravou-se a configuração da identidade na pós-modernidade, no Sapê do Norte, por meio da análise biográfica de uma liderança feminina dessa localidade e do diálogo com os pressupostos teóricos de Stuart Hall sobre o requerido tema. Além disso, evidenciou-se a elaboração da memória social e sua indissociabilidade do território e da identidade étnica, direcionando o debate para a marginalização destas comunidades no solo espírito-santense e a urgência dessa temática nas unidades de ensino.

Com relação ao desenvolvimento da identidade cultural, ressaltou-se que o pensar sobre a identidade, enxergando-a enquanto unificada se distancia da forma como estes indivíduos forjam suas identificações e elaboram o seu cotidiano. Se por um lado, reconhecem-se enquanto quilombolas, por outro, diferentes identidades são reivindicadas a fim de assegurar-lhes as fragmentações que os constituem na esfera subjetiva e comunitária. Assim como posto por Hall, a garantia de articulação entre estas diferentes identificações ocorre justamente pela capacidade de dialogarem seus diferentes elementos constitutivos sob certas circunstâncias (2006), ou seja, no contexto desta produção acadêmica, na forma como estas comunidades apropriam-se de seus capitais políticos e culturais em prol da titulação definitiva de seus territórios.

Entretanto, visto que nos interessa a aplicação desses resultados nos anos iniciais do ensino fundamental, observou-se que o contingente de subtemáticas a serem abordados ultrapassam a mera simplificação destas comunidades no imaginário popular e na forma como estas são representadas de maneira singular nas instituições de ensino, as quais, são reproduzidas de maneira homogênea. Também, evidenciou-se a omissão quantitativa dessas comunidades na atual conjuntura, bem como na representatividade política exercida por esses sujeitos. Portanto, dialogar identidade cultural nos ciclos iniciais, amplia-se para diversos subtemas, para além da existência única no passado ou apenas de um enfoque dos marcos históricos.

Reduzir-lhes à um olhar estritamente histórico, enunciando datas e feitos do passado, ou dar notoriedade apenas ao protagonismo que exercem diante da reivindicação pelos direitos territoriais, não é capaz de evidenciar de maneira crítica a forma como estas identidades étnicas se configuram, criam suas noções de pertencimento e regem uma rede de signos culturais e políticos. É necessário uma constante articulação entre esses elementos, paralelamente, à um olhar para o cotidiano dessas comunidades. Não se trata, no entanto, de uma oposição ao resgate desses personagens, nem tão pouco de desleixo referente a sua constituição histórica, mas sim da afirmativa de que é fundamental que esses aspectos caminhem juntos no decorrer dos anos iniciais do ensino fundamental.

Nesta perspectiva, abordar trajetórias de vida dos indivíduos pertencentes à estas comunidades remanescentes, assim como os elementos que estes dialogam na construção de suas identidades e lutas políticas, são ferramentas essenciais para que se desenvolvam os princípios de respeito à diversidade étnica e, concomitantemente, a compreensão da importância do cumprimento dos pressupostos constitucionais de direito ao território à essas populações. Dessarte, a inserção dessas narrativas e, também, desses personagens em âmbito escolar, contribuem para a desconstrução dessas concepções enraizadas na sociedade, tendo em vista a função social exercida pela instituição escolar no que diz respeito à formação cidadã.

Referências

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 408p. Coleção docência em formação, Série ensino fundamental,

BONOMO, MARIANA; SOUZA, Pedro Henrique Barbosa de. Memórias étnicas e comunitárias das lideranças femininas do Sapê do Norte. **Memorandum.** Belo Horizonte, v.38, p. 1-26, jan. 2021.Disponível em: >https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/issue/view/1462< Acesso em: 10 Abr. 2021.

BONOMO, Tharyne. **A LEI 10.639/2003 E O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA:** UMA ANÁLISE A PARTIR DA E.M.E.F. “GURIRI” (SÃO MATEUS/ES). 2019. Monografia (Graduação) – Instituto Federal do Espírito Santo, 2019. Disponível em: > https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/60/discover?filtertype= author & filter_relational_operator= equals & filter=Bonomo%2C+Tharyne<. Acesso em: 15 abril de 2021.

BRASIL. **Lei n. 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,. Disponível em: >http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm< . Acesso em: 10 de abr. 2021.

BRASIL. Artigo 68 da Constituição Federal – 1988. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, XX – 1988. Disponível em: >http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.as p. Acesso em: 10 de abril de 2021

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Mito fundador e sociedade autoritária.** 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. 103p. História do Povo Brasileiro.

COSTA, Renata Beatriz Rodrigues da. **"Um nome a zelar:** histórias de uma quilombola do norte do Espírito Santo. 140p, pós-graduação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

DEALDINA, Selma dos Santos. Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política. In: DEALDINA, Selma (org.). **Mulheres quilombolas**: territórios de existências negras femininas. 1. ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020. p. 26-43.

DOSSIN, Francielly Rocha. Sobre o regime de visualidade racializado e a violência da imageria racista: notas para o estudo de imagem. **Presença dos anos 80: esperanças, nostalgias e historiografias.** Porto Alegre , v. 25, n. 48, p. 351-377, dez. 2018. Disponível em: >https://seer.ufrgs.br/anos90/issue/view/3421< Acesso em: 27 jul.2021.

ESTRADA, Joaquim Osório Duarte. **Hino Nacional Brasileiro**. Atualizado ortograficamente em 1971, pela lei nº 6.765. Disponível em: >http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/hino.htm<. Acesso em: 5 de set. 2021.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. 2. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2020. 235p. Coleção Agenda Brasileira.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro. Disponível em:>https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2018/02/kupdf-com_identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf<. Acesso em: 2 de jul. 2021.

HALL, Stuart; SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora:** identidade e mediações culturais**.** 2. ed**.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. 480p. Humanistas..

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: >http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/< Acesso em: 17 ago.2021.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **Revista do Centro de Estudos Rurais**, São Paulo, RURIS, v.5, p.141-171 n. 2, setembro. 2011. Disponível em: >https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1469/986<. Acesso em: 7 abr. 2021.

_____. Quilombos: memória social e metáforas dos conflitos. In: Alfredo Almeida, Wagner Berno de (org.). **Territórios quilombolas e conflitos**.Manaus: UEA Edições, 2010. Vol. 01, nº. 02, p.63-69.

_____. Quilombos e demarcadores de identidade: análise sucinta de três casos no estado do Espírito Santo. **Revista Ambivalências.** p.10-41, jan-jun. 2016. Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/Ambivalencias/issue/view/475. Acesso em: 15 ago. 2021.

SCHIFFLER, Michele Freire. A performance cultural do Ticumbre Conceição da Barra - ES -Brasil: identidade e ancestralidade. Revista Multidisciplinar Vozes dos Vales da UFVJM. Minas Gerais, n.6 - Ano III, p.1-32, out. 2014,. Disponível em: >http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/volume-vi/< Acesso em: 14 abr. 2021.

SILVA, Girley Vieira da; Andrade, Patrícia Gomes Rufino Andrade. Fora de cena: a invisibilidade dos territórios quilombolas capixabas na impressa. **Revista eletrônica de ciências sociais**. Juiz de Fora,

n. 23, p.100-119, 25 jan. 2018. Disponível em: >https://doi.org/10.34019/1981-2140.2017.17537<. Acesso em: 2 jul. 2021.